Karin Wall e Lígia Amâncio (orgs.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais: 2007

Ana Reis Jorge*

Esta obra assume como objectivo primeiro a análise das atitudes sociais ao nível da vida familiar e relativamente aos papéis de género em Portugal e noutros países europeus, mediante uma comparação sistemática entre os mesmos, tendo como fonte principal os resultados do inquérito "Family and Gender Roles",[1] bem como o projecto "Families, Employment and Work-life integration"[2].

Na introdução Karin Wall desde logo alerta para a dificuldade de que se reveste uma comparação entre países, dada a eventual "falta de equivalência semântica das perguntas nos países onde o inquérito foi aplicado, até ao problema da interpretação do significado das diferenças encontradas" (p. 23). É neste sentido que se opta pela escolha de um número limitado de países[3], mediante o critério da diversidade – considerando as especificidades históricas e sociais em termos de "regime de género", tipos de Estado-Providência, características do mercado de trabalho e das estruturas familiares, políticas face ao emprego da mulher e à conciliação entre vida familiar e vida profissional –, de forma a explicar os diferentes padrões de desigualdade de género.

Desta forma, contrariando as perspectivas que, centradas na suposta perda de influência das determinantes sociais nos papéis de género, remetem as diferenças para o quadro das "escolhas" e "preferências" individuais (Hakim 2003[4]), avança-se aqui com a hipótese de que a diferentes sociedades europeias correspondem construções particulares de atitudes e comportamentos de género.

* Doutoranda em Sociologia pelo Centro de Investigação em Ciências Sociais e bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia com o projecto: Desigualdades de género: processos de ruptura conjugal e subsequente tutela das crianças – referência SFRH/BD/41950/2007. (ana.j.mr@gmail.com)

[1] Esta publicação dá conta dos primeiros resultados do inquérito (integrado no International Social Survey Programme realizado 2002/2003 e aplicado em trinta países) para o caso português.

[2] Através deste projecto, coordenado por Rosemary Crompton, foram acrescentadas ao questionário supracitado algumas questões, respeitantes à conciliação família/trabalho.

[3] Embora em alguns capítulos se apresentem resultados de um maior número de países, o foco dirige-se para sete – Portugal, Grã-Bretanha, França, Alemanha Ocidental, Suécia, República Checa e Espanha – respeitando a diversidade supracitada. No segundo capítulo privilegia-se a comparação entre Portugal e a Grã-Bretanha.

[4] HAKIM, C. (2003), *Models of the family in Modern Societies*, Ashgate, Aldershot.

Tratando-se de uma publicação que integra um conjunto de investigadoras com reputados trabalhos nas temáticas em análise, encontra-se subdividida em cinco capítulos[5] que, embora em estreita conexão, respondem a questões específicas, que exponho de seguida.

No primeiro capítulo – "Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal" –, Sofia Aboim procura detectar eventuais diferenças nas atitudes de homens e mulheres em Portugal e nos restantes países europeus no que toca à família e aos papéis de género, incidindo também na questão das atitudes face à divisão conjugal do trabalho e na dimensão identitária que envolve as atitudes relativas à família.

Não negando a importância de outros vectores de diferenciação social (como a geração, a religião e o grupo socioprofissional), cujo importante impacto tem sido enunciado em diversos estudos, apela-se aqui a uma atenção especial ao género enquanto elemento estruturador das representações sociais sobre a família, não fossem as mudanças nas relações sociais de género centrais para a compreensão do próprio processo de modernização das sociedades ocidentais.

Neste sentido, acentua-se o desfasamento entre, por um lado, a retórica modernista da igualdade e prevalência de uma família de tipo relacionalista e, por outro, a persistência de práticas e normas denunciadoras da diferenciação com base no género. Efectivamente, se é inequívoco que Portugal vem conhecendo desde há quatro décadas, importantes avanços em matéria de igualdade de género, nas palavras da autora, "a progressiva conquista feminina da esfera pública não se tem reflectido nem em igualdade de oportunidades e recompensas, nem numa idêntica entrada dos homens no domínio privado" (p. 37).

Em termos de resultados empíricos, desde logo surge a evidência da complexidade de que se revestem as ditas "modernidades europeias", contrariando-se a polarização entre "muito moderno" e "muito tradicional" e correlativa aproximação mecânica à clássica distinção entre Norte e Sul. Se grandes aspectos podem de alguma forma sugerir a agregação de certos países, são diversas as articulações, marcadas nomeadamente pela combinação de aspectos mais modernistas com outros de tendência mais tradicionalista. Os aspectos demonstrativos de maior modernismo entre os europeus remetem para uma aceitação generalizada da informalização e desinstitucionalização da conjugalidade, verificando-se, porém, uma tendência familialista e maternalista no que toca a questões de identidade pessoal e na centralidade conferida aos filhos.

Atendendo ao caso português, os dados são reveladores, por um lado, da adesão a valores modernistas relativamente à desinstitucionalização da conjugalidade e à divisão sexual do trabalho (reconhecendo-se a importância da presença das mulheres no mercado de trabalho e a necessidade de maior participação masculina nas tarefas

[5] Uma análise detalhada dos procedimentos estatísticos e de recolha de dados neste estudo encontra-se no último capítulo, da autoria de Alice Ramos. Importa apenas referenciar que o universo do estudo é constituído por indivíduos maiores de idade residentes em Portugal continental. A amostra probabilística, tendo por base o censo de 1991, é composta de 1092 indivíduos, seleccionados em cem pontos de amostragem.

domésticas) e, por outro, a valores tradicionalistas no que toca à criança e ao seu bem-estar (relevando-se a centralidade da descendência em termos identitários, particularmente no caso das mulheres e o impacto negativo do trabalho profissional da mãe nas crianças pequenas). Detecta-se aqui o vínculo da estruturação da família enquanto regime de género em Portugal aos valores familialistas e maternalistas, ainda que o grupo das mulheres sugira menor homogeneidade neste contexto.

Para estas características, como pertinentemente lembra a autora, concorrem aspectos sociodemográficos da população portuguesa, mormente a baixa escolaridade e fracas qualificações socioprofissionais, bem como os salários baixos, que ainda que potenciadores do trabalho pago feminino, tendem a gerar pouca margem para a individualidade e consequentemente, o centramento na geração futura. Também a permanência de formas de organização doméstica propiciadoras de convivência prolongada entre pais e filhos, tendem a alimentar valores familialistas e a denunciar a fragilidade do processo de individualização na sociedade portuguesa que, além do mais, apresenta, quer ao nível dos ideais, quer das práticas, diferenças em termos de género. É assim notória a tendência para as mulheres demonstrarem menores níveis de individualização, não fossem as responsabilidades maternais e familiares que se lhes impõem e condicionam as suas próprias representações.

Alude-se aqui à impossibilidade de desvincular os valores que perpassam a família dos processos históricos que estão na sua origem, nomeadamente o acelerado processo de modernização do país após a revolução de Abril, que, embora tenha promovido direitos e disseminado valores assentes na igualdade de género, não conseguiu eliminar todas as configurações familialistas.

Segundo a autora, a interpretação do "liberalismo moderado" português, por comparação aos demais países europeus, não se presta a explicações excessivamente dicotómicas, inadequadas à efectiva compreensão dos valores da vida familiar na Europa. Efectivamente, se Portugal se aproxima de Espanha, não é menos verdade a aproximação à Finlândia, partilhando com ambos uma visão igualitária da divisão sexual do trabalho profissional e questionando a divisão entre papéis femininos e masculinos nas esferas pública e privada, mas denunciando algum familialismo no que toca à centralidade da criança. Porém, outros países que se podem considerar de "liberalismo e moderado" apresentam características um tanto diferentes. Vejam-se os casos do Reino Unido e Irlanda que, embora menos familialistas, são mais tradicionalistas quanto ao papel masculino, divisão do trabalho pago no casal e centralidade do casamento. Nas palavras da autora, "não se trata apenas de ser mais ou menos modernista, mas de regimes de género diferenciados" (p. 83).

Apesar das diferenças, os dados demonstram que as clivagens de género tendem a perpassar os diversos contextos nacionais, manifestando-se sempre alguma distância entre os ideais femininos e masculinos, inclusive nas várias categorias sociais. Em Portugal, as mulheres são sempre mais modernistas do que os homens, aumentando a distância com o aumento da escolaridade e a diminuição da idade. Elas apenas se revelam ligeiramente mais tradicionalistas no que toca à centralidade da criança.

Embora surjam com evidência as diferenças entre homens e mulheres no que concerne aos valores, tal não deixa de se relacionar com o próprio contexto social, verificando-se que as clivagens não se associam sempre aos mesmos aspectos da vida familiar e papéis de género. Se no caso português (e também em Espanha e na República Checa), as dimensões mais ilustrativas das diferenças de género são as da divisão sexual do trabalho, questionando-se os papéis sociais femininos e, particularmente, apelando-se à entrada do homem no universo doméstico, já em França (onde se verificam as maiores clivagens) é notória a tendência para os homens assumirem uma adesão à permanência das mulheres em casa.

Se os homens se revelam sempre mais tradicionalistas do que as mulheres – o que, e na esteira de Roussel[6], dá conta do protagonismo das mulheres nas mudanças operadas na vida privada e nas relações sociais de género –, por outro lado, as respostas daqueles demonstram uma menor variação nos diversos países, enquanto as das mulheres sugerem a presença de maior diferenciação interna, o que, segundo a autora, não deixa de reflectir "os desafios colocados às mulheres na reformulação do seu lugar social e da sua identidade, entre responsabilidades privadas e públicas" (p. 85).

Também os padrões de resposta se configuram diferentes, sendo que, se os homens tendem a evidenciar o seu papel mais autónomo na esfera doméstica, as mulheres acentuam a interdependência entre os vários elementos da família, o que nos reporta para a sobejamente enunciada diferenciação entre os processos de codificação da *masculinidade* e da *feminilidade*.

Relativamente às determinantes sociais das atitudes dos indivíduos, mediante análises de regressão linear efectuadas a homens e mulheres dos vários países, foi possível verificar a presença de uma heterogeneidade em termos de impacto, sendo a única variável que afecta homens e mulheres de todos os países na estruturação de representações sociais sobre a família e os papéis de género a frequência da prática religiosa.

Contestando a pretensa linearidade do processo de modernização da vida familiar e dos papéis de género nas diversas sociedades europeias actuais, a autora conclui evidenciando a complexidade da relação entre os valores e as práticas de diferenciação de género, as quais, não sendo anuladas por certas determinantes sociais, também não lhes são alheias, assumindo contornos diferenciados nos diversos contextos nacionais, o que inviabiliza "a identificação de um factor-chave para explicar o pendor mais ou menos modernista dos valores e a existência de determinados padrões de género" (p. 86).

No segundo capítulo – "Família, género e articulação entre trabalho e vida privada: comparação dos casos britânico e português" – Rosemary Crompton e Clare Lyonette, centrando o estudo em Portugal e na Grã-Bretanha, procuram analisar o impacto das variáveis *género* e *classe social* nas atitudes sociais face à família e aos papéis de género de homens e mulheres a exercer actividade profissional a tempo inteiro, atendendo às práticas de divisão das tarefas domésticas, horas dedicadas ao trabalho

[6] ROUSSEL, L. (1987), "Deux décennies de mutations démographiques (1965-1985) dans les pays industrialisés", *in Population*, 3, pp. 429-448.

profissional e doméstico, à articulação entre a vida profissional e familiar e ao correlativo sentimento de *stress*.

Assumindo as dificuldades de comparabilidade, dada a importância das condicionantes nacionais, as autoras começam por esboçar uma comparação dos percursos históricos recentes de ambos os países, nomeadamente no que toca às estruturas de emprego das mulheres. Assim, afirma-se que, se Portugal ainda carrega consigo o peso do colapso da ditadura salazarista, embebida de um conservadorismo tradicionalista (Lloyd-Jones 1994[7]) – pese embora as recentes mudanças em termos de comportamentos e atitudes face ao emprego e às mulheres –, a Grã-Bretanha conheceu um longo período de estabilidade política. Desta forma, as importantes diferenças entre ambos os países, em aspectos como a educação, a formação e os rendimentos da população, não são alheias a estes mesmos percursos diferenciais, o que, segundo "os critérios da economia capitalista" (p. 95), faz de Portugal um país menos "desenvolvido" do que a Grã-Bretanha.

Especificamente no que concerne ao emprego das mulheres, as diferenças entre ambos os países são claras. Enquanto actualmente em Portugal predomina o modelo familiar de duplo emprego a tempo inteiro, na Grã-Bretanha é muito mais frequente o "emprego e meio", aspectos que não deixam de estar na base da oferta/ procura de serviços de cuidados infantis também eles diferenciados. Dá-se aqui relevo ao facto de que, por comparação com Portugal e outros países europeus, a Grã-Bretanha goza de protecção legal limitada ao nível da articulação vida profissional e familiar.

No que respeita aos resultados do inquérito, a análise demonstra que os dois países diferem não só ao nível das atitudes face aos papéis de género e à importância da vida familiar, como também das experiências de emprego e de divisão do trabalho doméstico. Relativamente à importância conferida à vida familiar e às crianças, bem como ao impacto negativo do trabalho feminino no cuidado das mesmas, facilmente se verifica o maior pendor tradicionalista dos portugueses, sendo que, em ambos os países, são mais os homens que encaixam neste perfil.

Embora em Portugal se verifiquem maiores diferenças atitudinais entre classes, nos dois países, mas particularmente naquele, é no grupo dos(as) trabalhadores(as) manuais que mais se verifica esta tendência tradicionalista. A este respeito, como alertam as autoras, importa não esquecer o peso diferenciado das várias classes sociais em Portugal e na Grã-Bretanha, sendo que a maior proporção das profissões manuais e pouco qualificadas no primeiro caso não pode deixar de ser considerada quando aqui se afirma o maior tradicionalismo.

A análise da articulação entre as esferas familiar e profissional evidencia a existência de claras diferenças ao nível dos contextos em que os indivíduos e as famílias tomam decisões sobre a profissão e a vida familiar. Se em ambos os países são visíveis longas horas de trabalho profissional, as discrepâncias em termos de relações laborais têm consequências ao nível das estratégias adoptadas na gestão da articulação entre

[7] LLOYD-JONES, S. (1994), *Corporatism in Spain and Portugal: a Comparison*, Lisboa, Contemporary Portuguese Political History Research Centre.

a vida profissional e familiar. Ao nível das faltas ao trabalho por razões familiares, enquanto os trabalhadores britânicos evidenciam maior tendência para soluções de compensação pessoais (horas extra ou mais trabalho dentro do horário), os portugueses dão preferência a soluções com consequências remuneratórias (licença sem vencimento ou perda de remuneração).

No que remete para os níveis de *stress*, semelhantes nos dois países, mas com maior impacto nas mulheres portuguesas do que nas britânicas, importa salientar que na Grã-Bretanha são as mulheres com profissões qualificadas e altos quadros as que mais evidenciam níveis elevados, ao passo que em Portugal são as mulheres com profissões rotineiras e manuais. As autoras apresentam como explicações, por um lado, o facto de as britânicas trabalharem mais horas e apresentarem uma menor tendência para o recurso a pessoas pagas para a execução de tarefas domésticas e, por outro, o facto de serem as trabalhadoras manuais portuguesas as que mais horas despendem em trabalho profissional e tarefas domésticas, sendo também nestas que mais se aponta o sofrimento dos filhos em idade pré-escolar com o trabalho externo das mães. Como indicam Crompton e Lyonette, os níveis de *stress* neste caso não são surpreendentes, uma vez que são estas mulheres as que menos possibilidades têm de adquirir ajudas informais ou pagas e obter a colaboração masculina.

Relativamente à divisão do trabalho doméstico, as autoras sublinham a persistência das desigualdades entre homens e mulheres e a tendência para aqueles, em ambos os países, assumirem uma maior contribuição nas tarefas de cuidado a familiares e idas às compras. Quanto ao tempo dedicado a este tipo de trabalho, salienta-se o elevado número de horas despendido pelas portuguesas (vinte e duas horas em média por semana) por comparação com as britânicas (onze horas em média) e as semelhanças nas horas empregues pelos homens nos dois países (cerca de seis horas). Em termos de classe, se no caso dos homens não são notórias diferenças importantes na realização das diferentes tarefas, nas mulheres dos dois países, são as detentoras de profissões qualificadas que menos afirmam realizar tarefas como o tratamento da roupa e as limpezas.

As autoras terminam a análise questionando a possibilidade de uma aproximação entre os dois países no futuro. Em Portugal, embora os últimos anos tenham sido marcados pela tentativa mais ou menos bem sucedida de introdução de medidas e legislação laboral de cariz neoliberal, tal não se tem feito de forma pacífica. Relativamente ao trabalho a tempo parcial, e dadas as implicações remuneratórias, neste país esta modalidade não tem tido um aumento exponencial, aspecto que leva as autoras a apontarem como "solução realista" uma redução no tempo dedicado às tarefas do lar por parte das portuguesas. Por outro lado, alerta-se para o facto de que, na Grã-Bretanha, a falta de regulamentação ao nível dos horários e a expansão do tempo parcial entre as mulheres (geralmente menos bem remunerado e protegido) tende a perpetuar uma divisão do trabalho tradicional em termos de género. Segundo Crompton e Lyonette, "o tratamento casuístico das relações de emprego, aliado à falta de regulamentação dos horários, propicia a intensificação de pressões sobre o prestador de trabalho" (p. 126) e, assim, a dificuldades de articulação com a vida privada/familiar, o que apela a uma

atenção particular às consequências sociais e económicas da desregulamentação das relações laborais.

No terceiro capítulo – "O *stress* na relação trabalho-família: uma análise comparativa" – Maria das Dores Guerreiro e Helena Carvalho, reconhecendo as dificuldades de análise advindas das próprias características da amostra e dos dados, dadas as expectativas diferenciais dos inquiridos e seu impacto nas respostas, bem como a ausência de certas questões relativamente à organização familiar e contexto de trabalho, centram o estudo nas tensões e interferências recíprocas que atravessam as dimensões da vida familiar e profissional nos diversos países europeus. O enfoque aqui é no *stress* gerado na família, no trabalho e na interacção destas duas dimensões, em indivíduos que exercem actividade profissional, atendendo a variáveis sociodemográficas, sociofamiliares, sócio-educacionais e socioprofissionais.

As autoras começam por problematizar a relação entre família e trabalho profissional, cuja recente atenção no âmbito das ciências sociais tem acompanhado quer o aumento da participação profissional das mulheres, quer a tónica discursiva nas sociedades ocidentais ao nível da igualdade de género, do bem-estar e qualidade de vida, aspectos que se cruzam com as temáticas dos usos do tempo e novas formas de organização do trabalho.

Pese embora todas as alterações sociodemográficas, bem como nos quadros de valores ao nível da família registadas nas últimas décadas, materializadas numa adesão cada vez maior a ideais relacionais e pautados pela igualdade e informalização nas relações conjugais, como afirmam as autoras, permanecem as famílias de casais com filhos, com homens e mulheres a exercer actividades remuneradas. Por outro lado, as não menos profundas alterações que, no contexto de globalização, têm atravessado o mercado de trabalho, nomeadamente a tendência para a intensificação dos processos e tempos de trabalho e a progressiva desregulação das relações laborais tendem a despoletar novas preocupações, incertezas e ansiedades, com impactos importantes ao nível do *stress* dos trabalhadores e nos modos de articulação entre as responsabilidades profissionais e familiares.

Nas palavras das autoras, "o desempenho de uma profissão é fundamental para assegurar a autonomia pessoal, definir uma posição social e garantir meios materiais de sobrevivência. A parentalidade e a família assumem, por outro lado, um lugar decisivo na vida dos indivíduos e na construção das suas identidades" (p. 131). Porém, importa também atender ao facto de que persistem as diferenças entre homens e mulheres no que toca a articulação entre as esferas familiar e do trabalho, dada a prevalência de diferentes expectativas em termos de papéis de género, ainda que aqui se possam cruzar outras variáveis socioeconómicas, socioculturais e sociofamiliares.

No que respeita aos resultados relativos aos índices de *stress* familiar e profissional nos vários países, as autoras constatam que nos sete países em análise o *stress* ao nível profissional é mais elevado que na esfera privada, verificando-se valores superiores em ambos os casos, mas particularmente ao nível familiar, no caso do sexo feminino. O *stress* familiar feminino nos diversos países surge associado a quatro factores funda-

mentais: o número de crianças com menos de seis anos e a presença de filhos menores no agregado familiar, as horas de trabalho doméstico e profissional, a dimensão da família e a idade. Com efeito atenuador sobre o *stress* familiar das mulheres, apresentam-se factores como a satisfação com a vida familiar e a felicidade. Embora se saliente a presença de associações ténues entre os perfis dos diversos países e níveis de *stress*, a análise permite dividir os países em dois grupos: um com níveis elevados de *stress* feminino que agrega países como Portugal, a Grã-Bretanha e a República Checa e outro, com níveis mais baixos, que integra a Suécia, a Espanha, a Alemanha e a França. Guerreiro e Carvalho avançam como explicação para os altos níveis de *stress* naqueles países os longos regimes de tempo de trabalho doméstico e profissional feminino. Já no que toca ao *stress* profissional e familiar masculino, constata-se que estes agrupam os mesmos países com os valores mais elevados – Grã-Bretanha, República Checa, Portugal e Alemanha –, sendo que o mesmo não acontece quando se trata dos índices femininos mais elevados.

Relativamente às interferências recíprocas entre trabalho e família observa-se novamente um índice superior nas mulheres e uma superior interferência do *stress* profissional na vida familiar (com uma aproximação entre os sexos, o que não ocorre no inverso). Nos sete países verifica-se que este índice é um tanto permeável a variáveis como a duração semanal do tempo de trabalho, a existência de crianças na família e satisfação com os diferentes aspectos da vida.

Atendendo especificamente ao caso português, as autoras sublinham que o *stress* profissional na família é mais elevado nas mulheres, quando estas são detentoras de baixas escolaridades, exercem profissões manuais, residem em casa com crianças e jovens, trabalham mais horas no sector privado e por conta própria. Já no grupo dos homens o *stress* profissional na família é maior entre os que têm escolaridade mais elevada, que trabalham mais horas e por conta própria. Quanto ao *stress* familiar no trabalho, importa referenciar que, nas mulheres, se destacam as variáveis que medem a avaliação da justeza e equilíbrio na divisão familiar do trabalho doméstico, com valores superiores no caso das que destacam as injustiças.

Se os índices de *stress* trabalho-família, no caso das mulheres, são mais elevados em Portugal, logo seguido da Espanha, os mais baixos revelam-se segundo as autoras, quer nos países onde as mulheres assumem uma menor participação no mercado de trabalho a tempo inteiro – Alemanha e Grã-Bretanha –, quer onde a participação é maior e existem mais serviços de apoio às famílias – Suécia e França.

As autoras sublinham ainda o facto de que a comparação entre países assume características muito próprias consoante o sexo em que se centra a análise. Assim, se é em Portugal que o *stress* familiar assume os valores mais elevados, isto acontece em larga medida devido ao *stress* feminino. Ao nível do *stress* profissional, mais elevado na Alemanha, é o sexo masculino que mais contribui para este índice.

Dando conta da diversidade de factores tanto a nível familiar quanto profissional que confluem para os índices de *stress* nos vários países, (sendo apenas de carácter mais sistemático a associação com a existência de crianças e jovens na família e o tempo

semanal de trabalho), as autoras concluem constatando a ausência de padrões lineares produtores de *stress* e a prevalência de múltiplas combinatórias tributárias de diversos factores de ordem estrutural e contextual.

No quarto capítulo – "Género e divisão do trabalho doméstico – o caso português em perspectiva" – da autoria de Lígia Amâncio, analisam-se os resultados do inquérito referentes à divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres, bem como as percepções da justiça desta mesma divisão nos sete países já mencionados, procurando-se padrões e/ou diferenças entre os mesmos, atendendo a um conjunto de variáveis sociodemográficas e à (des)coincidência entre práticas e percepções.

Este capítulo inicia com um esboço do desenvolvimento das contribuições teóricas para o estudo da divisão sexual do trabalho que, sendo "a primeira estrutura de género reconhecida pelas ciências sociais", é actualmente reconhecida atendendo às variações que encerra consoante os momentos históricos e contextos culturais (Connell 1987 e 2002[8]; Delphy 1998[9]; Marshall 1994[10]). Não perdendo de vista estas variações, desde logo a autora alerta para a complexidade que encerra este conceito que, não se reduzindo à mera dicotomia entre trabalho pago e não pago, exige uma atenção particular aos arranjos de género em ambas as dimensões.

Com base em dados empíricos de alguns estudos internacionais, a autora contesta e com pertinência a ideia de que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho levaria a mudanças importantes ao nível do trabalho doméstico. Tal como Lewis[11] (2001) refere, as mudanças a nível ideológico tendem pois a configurar-se mais lentas e a gerar contradições, espelhadas nas próprias políticas nacionais e mesmo supranacionais.

Relativamente às percepções da justiça da desigualdade no domínio do trabalho pago e não pago, nomeadamente a ideia revelada por vários estudos de que a desigualdade não suscita claros sentimentos de insatisfação, a autora afirma que a compreensão da temática apela a uma análise dos factores ideológicos e de localização social, das representações de homens e mulheres.

Atendendo ao contexto português e às importantes conquistas, designadamente em matéria de legislação com o 25 de Abril de 1974, Amâncio afirma que estas mudanças não foram acompanhadas de um efectivo debate público relativo à ideologia de género nem tão-pouco de uma continuidade de políticas activas no sentido da igualdade. Mais uma vez se aponta o desfasamento entre os valores e a adesão à norma da igualdade entre os sexos e a fusão dos conceitos de feminilidade com maternidade e família.

Em termos de resultados, a autora começa por constatar a existência de um padrão regular ao nível da divisão sexual das tarefas domésticas nos vários países, a

[8] CONNELL, R. W. (1987), *Gender & Power*, Cambridge, Polity Press. CONNELL, R. W. (2002), Gender, Cambridge, Polity Press.

[9] DELPHY, C. (1998), *L'Ennemi principal. Économie politique du patriarcat*, Paris, Editions Syllepse.

[10] MARSHALL, B. L. (1994), *Engendering Modernity. Feminism, Social Theory and Social Change*, Cambridge, Polity Press.

[11] LEWIS, J. (2001), "The decline of the male breadwinner model: implications for work and care", *in Social Politics*, vol.8, nº2, pp. 152-169.

sobrecarga destas no tempo das mulheres e a divisão entre tarefas ditas masculinas e femininas. A partilha entre os membros do casal tende a centrar-se essencialmente nas compras e no cuidado a doentes dependentes. Segundo a autora, estes aspectos caracterizam-se pela sua resistência face à entrada das mulheres no mercado de trabalho, sendo que, ao invés de resultar num aumento da contribuição masculina nas tarefas domésticas, tem sim levado a um aumento do recurso a outras pessoas pagas ou não, ou na "compressão" das tarefas domésticas (Singly 1990[12]).

É ao nível das negociações entre práticas e representações que mais são visíveis as especificidades nos diversos países. Nos países do Norte há uma maior atribuição de horas de trabalho dos homens às suas parceiras (superior ao indicado pelas próprias), o que, segundo a autora, nos remete para "a desejabilidade social associada ao modelo tradicional de feminilidade, ou a consciência da sobrecarga de trabalho que recai sobre as mulheres" (p. 206). Este último aspecto sugere pois alguma confirmação se atendermos ao facto de que nos vários países, ao nível dos casais em modelo de duplo emprego, os homens reconhecem fazer menos do que é justo, ao contrário das mulheres, que reivindicam uma maior participação masculina, pela percepção do seu "injusto" desempenho superior. Apenas na Alemanha as mulheres reconhecem na generalidade o contributo masculino no trabalho doméstico.

Mediante estas constatações, indicadoras da existência de condições para a igualdade entre homens e mulheres na família, a autora indaga sobre o porquê da sua não materialização. Assume-se aqui que as relações íntimas e a própria família são o núcleo central das concepções de feminilidade e masculinidade, em que o efeito estruturante do género ao nível das práticas e representações é também permeável à influência de determinados factores, que como os resultados do estudo indicam, acabam por ser mais nítidos no caso das mulheres. Tal tende a constituir, como aponta a autora, a explicação para a relativa estabilidade ao nível da divisão do trabalho na família e nas próprias vivências a ela associadas em países como Portugal, onde a diversidade nas formas de ser mulher, contrariamente à relativa homogeneidade no ser homem, servem de bloqueio à negociação e colocam as mulheres como protagonistas no despoletar de um conflito, que elas tendem a não assumir.

Releva-se também aqui a dimensão dos constrangimentos políticos e sociais ao nível da organização e dinâmica familiares, nomeadamente as diferenças ao nível das políticas de igualdade de género, de desenvolvimento humano e mesmo nas formas de Estado-Providência, que marcam as diferenças e distâncias entre os vários países em análise. Desta forma, contestando-se o acento da mudança para o domínio do privado, aponta-se a necessidade de acções políticas efectivas no sentido de uma real igualdade de género.

No quinto capítulo – "Atitudes face à divisão familiar do trabalho em Portugal e na Europa" – Karin Wall analisa a diversidade de padrões atitudinais no que toca à divisão familiar no trabalho, identificando os factores que concorrem para essa mesma

[12] SINGLY, F. (1990), *Fortune et infortune de la femme mariée. Sociologie de la vie conjugale*, Paris, PUF.

diversidade, através de três índices: o primeiro relativo à divisão do trabalho pago, o segundo relativo à divisão do trabalho não pago e o terceiro relativo à relação entre emprego e maternidade.

A autora começa por abordar a actualidade da temática da divisão familiar do trabalho pago e não pago no quadro quer da política social quer da investigação sociológica. Num contexto marcado pelo crescimento do emprego feminino, do problema da conciliação entre vida profissional e familiar e da baixa fecundidade e envelhecimento nas sociedades europeias, questiona-se actualmente nos Estados-Providência europeus o que é mais favorável para o desenvolvimento demográfico, económico e da criança – se medidas no sentido da promoção da ideia de "emprego e meio" (privilegiando o trabalho a tempo inteiro pelos homens e a tempo parcial pelas mulheres, principais responsáveis pelas tarefas do lar e cuidado a dependentes) se direccionadas para o "duplo emprego" a tempo inteiro, mediante a promoção de serviços de apoio e partilha conjugal de tarefas.

No que toca aos desenvolvimentos na Sociologia relativamente a estas questões, a autora refere o interesse pelas novas atitudes e práticas face à divisão familiar e papéis de género na Europa – o recente modelo da família "relacional" e democrática, assente na liberdade e em atitudes igualitaristas face ao trabalho pago e não pago –, bem como a discrepância entre atitudes igualitárias e práticas assimétricas. Neste estudo a tónica é colocada nas atitudes, partindo-se da hipótese de que a existência de regimes de género, políticas públicas e factores socioeconómicos diferenciados podem originar a diversidade de papéis de género nos diferentes países, não redutíveis ao eixo tradicional-moderno.

Olhando para os resultados, rapidamente se verifica a existência de uma pluralidade de atitudes relativamente aos papéis de género na família. Portugal tende, neste contexto, a ocupar uma posição intermédia, nomeadamente pela recusa moderada do modelo *homem provedor/mulher que cuida da casa e dos filhos*. Relativamente às atitudes face à maior participação do homem na vida familiar, ocupa uma posição muito moderna, sendo, por oposição, bastante conservador nas atitudes relativamente ao impacto do emprego feminino nos cuidados das crianças pequenas e na vida familiar.

A autora avança como explicação para este facto a centralidade conferida aos filhos e à vida doméstica em termos de gratificação para grande parte das famílias portuguesas, verificando-se uma configuração atitudinal de *duplo emprego do casal/duplo cuidar/maternalista*, sendo que variáveis como a escolaridade, o grupo etário e o grupo profissional tendem a estar na base de dois padrões predominantes – o *tradicional modificado* (adesão ao modelo do homem enquanto provedor principal mas com alguma participação no universo doméstico) e o *moderno maternidade forte* (adesão ao duplo emprego e cuidar mas concordância com o impacto negativo do trabalho feminino quando os filhos são pequenos).

Segundo Wall, os resultados demonstram o quão redutora tem sido a visão da sociologia europeia relativamente aos papéis de género em Portugal, com a clássica divisão *homem provedor/mulher cuidadora e dona de casa*. Efectivamente, se por um lado há uma concordância generalizada com o modelo de duplo emprego, por outra exaltam-se os lados negativos desse modelo, numa lógica claramente familialista, tendên-

cia que de alguma forma se repete em Espanha, mas que assume contornos bem mais marcantes nos novos países da UE e na Suíça, onde inclusive se verifica uma importante adesão ao modelo do homem enquanto principal provedor da família. Por oposição a este último perfil, países como a Noruega e a Suécia são afirmativos no perfil de *duplo emprego/ duplo cuidar*, encontrando-se em posições intermédias países como a Alemanha Ocidental, a Grã-Bretanha, a Irlanda e a Holanda, com o modelo de e*mprego feminino oscilante/principal cuidador feminino/algum maternalismo*, não obstantes as políticas de incentivo ao trabalho a tempo parcial e licenças parentais prolongadas. Salienta-se aqui a especificidade de países como a França e a Finlândia que apresentam um perfil de *duplo emprego/duplo cuidar mas com algum maternalismo*.

A procura de padrões atitudinais diferenciados dentro dos sete países delimitados na análise, bem como os factores determinantes para esses mesmos padrões, também evidenciou alguns aspectos que interessa relevar. Reveste-se de interesse a existência de uma pluralidade de padrões atitudinais relativamente à divisão familiar do trabalho, não se verificando uma tendência generalizada no sentido de um modelo moderno de *duplo emprego/duplo cuidar*. Padrões diversos são inclusive visíveis nos países que se aproximam mais dos dois extremos.

Se algumas determinantes sociais se configuram expressivas na explicação de alguns padrões atitudinais, elas afiguram-se ténues na explicação de outros, como nas atitudes face ao emprego na fase inicial da maternidade. Em termos de factores explicativos e preditivos, verifica-se que é no padrão "moderno forte" que eles mais se fazem notar, apelando a uma atenção particular ao trabalho a tempo inteiro feminino e ao nível de educação elevado.

A influência de uma perspectiva de género igualitarista marcada pela difusão de um padrão atitudinal de *duplo emprego/ duplo cuidar* na Europa ao longo das últimas décadas tende a revestir-se de alguma complexidade e entendimentos diversos (consoante o sexo, a idade, a presença/ausência de filhos e características dos Estados-Providência). Longe de assistirmos a uma homogeneidade a este nível entre os vários países, e ainda que se possam estabelecer algumas aproximações entre uns e outros, surgem com evidência as diferenças, tributárias de percursos sócio-históricos e constrangimentos contextuais. A este propósito a autora relativiza a perspectiva assumida por alguns autores de que o padrão de duplo emprego verificado em Portugal é o simples resultado da pobreza, exaltando a importância dos factores que estão na origem do fenómeno, nomeadamente, o trabalho feminino em contexto familiar, industrial e migratório ao longo da segunda metade do século XX, o ideal de igualdade e independência da mulher, bem como o desejo de mobilidade social dos filhos difundido após o 25 de Abril de 1974 e as políticas de família seguidas desde o final da década de 80, no sentido da promoção de serviços de apoio à criança e ensino pré-escolar ao invés da saída da mulher do mercado de trabalho.

Em suma, esta obra configura-se como referência fundamental para quem procura conhecer e compreender, mais do que as mudanças, as persistências e reconfigurações ao nível das atitudes face à família e aos papéis de género nas actuais sociedades

europeias. Dadas as especificidades estruturais e contextuais dos vários países analisados, certamente não se esgotam aqui as temáticas. No entanto, desmistifica-se a clássica polarização entre a dita "modernidade" dos países do Norte, e o "tradicionalismo" dos países do Sul, aludindo-se tanto à diversidade entre países quanto à pluralidade de combinatórias possíveis dentro dos mesmos, o que apela a uma atenção particular aos contextos e estruturas. Fica traçado um diagnóstico que se revela útil inclusive para a promoção de políticas sociais em matéria de igualdade de género e bem-estar na família e no trabalho, reconhecendo-se que muito há ainda por fazer nesta matéria.